# MEDOS E INCERTEZAS NA TROCA DE CICLOS E SUAS INFLUÊNCIAS NA ALFABETIZAÇÃO

ISABEL MARIA DE SOUZA RODRIGUES

RESUMO
Este estudo tem como propósito geral analisar a transição dos estudantes do primeiro ciclo para o segundo ciclo do ensino primário, em relação a certos receios e incertezas devido à novidade: o ambiente físico, os educadores, a quantidade de disciplinas, novos conteúdos, colegas e até mesmo as mudanças nas expectativas em relação à escola e seu impacto na fase inicial da aprendizagem da leitura e escrita. Os responsáveis acreditam que devem transmitir segurança e independência nesse período de mudança, porém, muitas vezes conduzem essa transição de forma abrupta, deixando de acompanhar seus filhos em suas responsabilidades de uma hora para outra. Por sua vez, o aluno, mesmo permanecendo na mesma instituição, passa a explorar ambientes diversos com mais autonomia, necessitando gerir seu tempo para transitar entre as aulas sem precisar da supervisão de um adulto.

PALAVRAS-CHAVE: Receios; Dúvidas; Aprendizagem da Leitura e Escrita.

## INTRODUÇÃO

O docente, que frequentemente não seleciona o sexto ano como sua primeira opção, mas sim como parte de sua carga horária, muitas vezes carecem das habilidades necessárias para compreender as necessidades do novo grupo e raramente dispõe do tempo para abordar questões tão cruciais para eles, ainda que não diretamente relacionadas ao conteúdo, como avaliar o nível de alfabetização dos estudantes.

Durante a transição entre ciclos, é crucial observar e acompanhar de perto, dando especial atenção aos aspectos psicológicos que têm impacto direto no ensino, incumbindo ao educador auxiliar esses alunos no meio de tantas incertezas.

A profissão docente carrega consigo uma peculiaridade única de nos introduzir, desde tenra idade, ao futuro ambiente de trabalho. A partir desse momento, somos iniciados em rituais que podem se tornar parte do nosso conhecimento coletivo sobre o que significa ser um professor. Embora o fato de frequentar a escola na infância e adolescência não determina necessariamente a escolha da profissão, essas experiências influenciam muitas das decisões tomadas na rotina escolar, tanto dos educadores quanto dos estudantes.

A compreensão do presente requer uma reflexão atenta sobre acontecimentos passados, como ressaltado por Freinet:

Em vez de tentar apagar as lembranças da infância, acostume-se a revivê-las, trazendo-as de volta com os alunos, buscando compreender as possíveis diferenças resultantes da diversidade de contextos e dos eventos trágicos que impactam tão severamente a infância atual. Reconheça que essas crianças são basicamente o que você foi há uma geração. Você não era superior a elas e elas não são inferiores a você; assim, se o ambiente escolar e social fosse mais favorável a elas, poderiam superar suas expectativas, o que representaria um triunfo educacional e um sinal de progresso" (FREINET, p. 28, 29)

Conforme Morin (2001, p. 19):

Nosso atual sistema educacional, construído com base na lógica da fragmentação, é incapaz de perceber as interconexões entre os saberes, falha em conceber e abranger, em seu currículo e metodologia, o ser humano como uma totalidade indivisível. Dessa forma, contribui para o afastamento cada vez maior do ser humano dos outros e da natureza. Além disso, há a falta de conhecimento do indivíduo sobre si mesmo, seus desejos internos, suas necessidades, seus sentimentos, medos e aspirações.

Segundo Morin (2001, p. 31):

Todo conhecimento é uma interpretação e uma reconstrução. Não existe um conhecimento absoluto; ao contrário, o conhecimento está sempre sujeito a erros e ilusões. A ideia de que todos percebemos a mesma realidade é falsa. A partir de nossa percepção individual, interpretamos os estímulos que recebemos do mundo exterior e reconstruímos

a realidade de acordo com nossos processos internos. Em outras palavras, o que consideramos como realidade é, na verdade, uma interpretação particular, individual e apenas compartilhada através da linguagem.

De acordo com Silva (1997), “Conviver com uma turma de 5ª série é uma experiência bastante singular [...]”. O professor entra na sala de aula com a convicção de que irá abordar o conteúdo programático, mas acaba dedicando grande parte do tempo mediando conflitos que vão além das questões cognitivas planejadas previamente. Acontecimentos surgem, transformando a aula em um verdadeiro campo de batalha, com o professor tentando cumprir o cronograma (objetivo), enquanto os alunos trazem outras necessidades e questionamentos característicos de suas vivências (subjetivos). Não se trata de ignorar os conhecimentos pedagógicos para ensinar um determinado conteúdo, mas sim de reconhecer que outros aspectos estão em jogo durante a aula, como nos recorda Teixeira (1957, p.22):

É importante conhecer todos os métodos e recursos já experimentados e provados de ensinar a ler, mas, a sua aplicação envolve tanta coisa a mais, que o mestre, nas situações concretas, é que irá saber até que ponto poderá aplicar o que a ciência lhe recomenda, não no sentido de negá-lo, mas, no sentido de coordená-lo e articulá-lo com o outro mundo de fatores que entram na situação educativa.

Percebe-se então que a alfabetização sempre está presente e que para se tornar significativa os métodos e recursos utilizados pelos professores devem ser os mais próximos da sua realidade, dando sentido ao processo ensino aprendizagem.

ESCOLA PARA VIDA

O documento do CNE/CEB número 04 de 1998 estabelece as Orientações Curriculares para o Ensino Fundamental, enquanto a resolução CNE/CEB número 02 de 1998 estipula os Fundamentos e Bases do Ensino Fundamental em todo o país. É crucial ressaltar que o Ensino Fundamental, apesar de exibir características distintas em suas fases iniciais e finais, constitui uma única etapa educacional que deve proporcionar ao indivíduo a "plena proficiência na leitura, escrita, cálculo, compreensão do meio natural, sistema político, tecnologia e artes" (Lei de Diretrizes e Bases, Art. 32). No mesmo artigo, nos Incisos I, II, III e IV, afirma-se que o seu propósito é a formação essencial do cidadão.

É evidente que leis são promulgadas em favor da Educação, porém nem sempre são observadas. O considerável contingente de pessoas que mantêm concepções arcaicas e acreditam que a educação se limita a conhecimentos científicos muitas vezes supera aqueles que defendem a possibilidade de uma educação de excelência que priorize a humanidade em sua essência. Assim, a cada transição de etapa, deveria haver uma abordagem mais precisa, pois toda mudança pode ser benéfica ou prejudicial, dependendo de como é abordada.

Por meio de múltiplos canais de informação e aprendizado, adquirimos saberes essenciais que nos capacitam não apenas a integrar, mas a contribuir ativamente para o progresso e desenvolvimento de uma sociedade.

Conforme Freire (1982, p.23):

A compreensão crítica do ato de ler não se esgota na decodificação pura da palavra escrita ou da linguagem escrita, mas se antecipa e se alonga na inteligência do mundo. [...] Linguagem e realidade se aprende dinamicamente. [...] A leitura do mundo precede sempre a leitura da palavra e a leitura desta implica a continuidade da leitura daquela (FREIRE, 1982, p. 23).

Assim, a interpretação e a expressão escrita não se limitam simplesmente à decifração de símbolos, mas representam uma via para aprofundar o conhecimento e a compreensão do universo, integrando-se às nossas vidas desde os estágios iniciais, moldando nossa interação e conexão com a comunidade.

A instituição educacional exerce influência significativa em nosso contexto social, pois ao interagirmos com indivíduos diversos, somos capazes de adotar perspectivas alternativas sobre o mundo, ampliando nossas percepções e fomentando o pensamento crítico.

O processo de educação formal e apren-

dizagem da leitura e escrita são etapas fundamentais para o desenvolvimento das habilidades individuais, capacitando o sujeito a integrar-se à sociedade e, dessa maneira, contribuir para o seu progresso.
A instituição educacional, no desempenho de seu papel na sociedade, precisa cultivar nas crianças que estão sob sua tutela as competências e habilidades necessárias para capacitá-las a agir de acordo com as demandas contemporâneas. Diante dessa realidade incontornável, todos os profissionais da área educacional sentem a necessidade de avaliar suas práticas pedagógicas, especialmente no que diz respeito a compreender e reconhecer a importância do aprendiz, identificando o que pode facilitar ou dificultar seu progresso.
A aquisição de conhecimento é percebida como a incorporação ou assimilação das normas linguísticas impostas pelo contexto social, constituindo um processo de internalização, que consiste na compreensão dos princípios estruturais da linguagem pelos aprendizes.
O indivíduo aprende por si próprio; não é possível aprender em seu lugar. As novas experiências de aprendizagem de um indivíduo são influenciadas por suas experiências prévias. Portanto, os primeiros aprendizados funcionam como bases para os subsequentes. Nesse sentido, a aprendizagem é considerada um processo cumulativo, no qual cada nova aquisição se adiciona ao repertório de conhecimentos e vivências do indivíduo, contribuindo para a sua bagagem cultural.
Essa acumulação de conhecimento não é estática. A cada nova aprendizagem, o indivíduo reestrutura suas ideias, estabelecendo conexões entre o que já aprendeu e o que está aprendendo, avaliando e incorporando seus sentimentos nesse processo. É, portanto, um processo integrativo e dinâmico.
O professor deve procurar criar situações que incentivem os alunos a interagir com o conhecimento, facilitando assim seu processo de aprendizagem.
O trabalho educativo realizado pelo professor consiste em mediar o conhecimento científico, buscando que os alunos o internalizem, o que implica compreender o processo de ensino-aprendizagem para planejar estratégias didáticas e pedagógicas eficazes.
Conforme Vygotsky (1998), o desenvolvimento humano é moldado pelas interações sociais, principalmente através da educação. Nesse contexto, ao considerar a escola como um ambiente fundamental para a aquisição do conhecimento acumulado ao longo da história, destaca-se a importância de um ensino como um processo organizado, planejado e intencional.
Contudo, surge a indagação sobre qual conhecimento a escola irá abordar. Não se trata de qualquer conhecimento, mas sim do conhecimento elaborado, fruto da construção humana ao longo da história.
A abordagem do conhecimento não deve ser fragmentada, pois cada disciplina complementa a outra. Portanto, a integração do aprendizado em torno de um tema específico promove o desenvolvimento de um entendimento holístico, mais amplo do que o proporcionado pelas experiências de um currículo desprovido de um objetivo integrador.
Ao ingressar no sexto ano, as crianças enfrentam desafios que nem sempre a escola considera. Esse período de transição é marcado por uma diversidade de conhecimentos que deveriam ser abordados com o intuito de promover um avanço de qualidade nessa jornada de aprendizagem.
Conforme Fazenda (2012, p.59) destaca:

> A implementação da interdisciplinaridade no plano pedagógico requer a consideração de diversas dimensões que refletem a dinâmica real da sala de aula. Não se trata apenas de uma teorização da prática interdisciplinar no plano pedagógico dentro de modelos robustos e coerentes, mas também da capacidade de analisar as possibilidades interdisciplinares oferecidas pelos programas educacionais em vigor.

Nesse contexto, enfatiza-se o papel do professor como mediador do conhecimento, auxiliando os alunos na compreensão dos conteúdos mais complexos e na sua integração social dentro desse ambiente educacional. Esta perspectiva encontra respaldo nas Diretrizes Curriculares da Educação Básica (2008).

O fato de se identificarem condiciona-

mentos históricos e culturais, presentes no formato disciplinar de nosso sistema educativo, não impede a perspectiva interdisciplinar. Tal perspectiva se constitui, também, como concepção crítica de educação e, portanto, está necessariamente condicionada ao formato disciplinar, ou seja, à forma como o conhecimento é produzido, selecionado, difundido e apropriado em áreas que dialogam, mas que constituem-se em suas especificidades. (BRASIL, 2008, p.22)

Diante desse cenário, o trabalho interdisciplinar se mostra fundamental para demonstrar aos alunos a interconexão entre as disciplinas, mesmo diante de suas particularidades. Dessa forma, é possível aplicar uma abordagem interdisciplinar para fortalecer cada disciplina mutuamente, permitindo uma compreensão do conhecimento em sua totalidade.
Nesse contexto, a aprendizagem impulsiona o desenvolvimento da criança. Conforme Vigotski (2010, p. 482) afirma: "[...] só é boa a aprendizagem que supera o desenvolvimento", e ainda que "[...] a educação e o ensino não esperam pela maturação das funções psíquicas, mas estimulam e condicionam o seu desenvolvimento" (2010, p. 478). Vigotski ressalta que não é o desenvolvimento que determina a aprendizagem, mas sim a aprendizagem que impulsiona o desenvolvimento.

A TRANSIÇÃO DO CICLO I PARA O CICLO II

A transição escolar pode ser compreendida como uma mudança de um ciclo para outro, frequentemente envolvendo a troca de estabelecimento de ensino. Ao longo dos anos na escola, os alunos enfrentam diversas transições que proporcionam uma série de desafios, oportunidades de aprendizado e desenvolvimento em diferentes níveis. A forma como os alunos lidam com essas transições pode ter um impacto significativo. A mudança no contexto social durante a transição pode provocar nos alunos a sensação de "começar de novo", muitas vezes implicando em uma ruptura com uma ordem já estabelecida. Isso pode influenciar a identidade pessoal e social dos indivíduos, criando um terreno propício para o surgimento de "hiatos sociais" que podem levar a conflitos, exclusões e crises.
Pré-adolescentes com dificuldades na transição e adaptação podem apresentar queda no desempenho escolar, baixa autoestima, falta de motivação e desinteresse pela aprendizagem.
Essa transição também pode tornar-se, ainda, num fator gerador daquilo que variados autores designam por stress escolar. O stress é gerado por um acontecimento percebido pelas crianças como a ameaça acompanhada por sentimentos de incapacidade em responder-lhe com eficácia.

A educação escolar tem a tarefa de promover a apropriação de saberes, procedimentos, atitudes e valores por parte dos alunos, pela ação mediadora dos professores e pela organização e gestão da escola. A principal função social e pedagógica da escola é a de assegurar o desenvolvimento das capacidades cognitivas, operativas, sociais e morais pelo seu empenho na dinamização do currículo, no desenvolvimento dos processos do pensar, na formação da cidadania participativa e na formação ética. Para isso, faz-se necessário superar as formas conservadoras de organização e gestão, adotando formas alternativas, criativas, de modo que aos objetivos sociais e políticos correspondam estratégias adequadas e eficazes de organização e gestão. (LIBÂNEO, 2004, p.137).

A instituição de ensino deve estabelecer um projeto educativo definido por toda a comunidade escolar, com o objetivo de desenvolver competências essenciais nos alunos e transmitir conhecimentos relevantes para sua formação social e cultural. Conforme estabelecido na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) 9394/96, o estabelecimento de ensino é responsável por elaborar e implementar sua proposta pedagógica, como descrito no artigo 12, inciso I, e os professores têm a responsabilidade de contribuir para a elaboração dessa proposta, de acordo com o artigo 13, inciso I. No que diz respeito à educação, é fundamental considerar o papel central do professor como o agente catalisador de todas as ações pedagógicas na sala de aula. A LDB 9394/96, no Título VI, que trata dos Profissionais da Educação (do artigo 61 ao artigo 67), estabelece as

diretrizes para a formação dos docentes que atuam na Educação Básica, visando atender aos objetivos dos diversos níveis e modalidades de ensino, levando em conta as características de cada fase do desenvolvimento do aluno. Essas diretrizes baseiam-se na integração entre teoria e prática, incluindo a formação contínua no trabalho e a valorização da experiência e formação anteriores para promover um desempenho profissional mais eficaz.
A escola é vista como um espaço de compartilhamento de valores e aprendizados, onde se desenvolvem habilidades intelectuais, sociais, emocionais, éticas, estéticas, entre outras. Além disso, é um ambiente crucial para o desenvolvimento de atitudes e valores que promovam uma participação consciente, ética e ativa na sociedade à qual os indivíduos pertencem.
De acordo com VEIGA (2004, p.13):

Todo projeto pedagógico de uma escola é também um projeto político, pois está intrinsecamente ligado ao compromisso sociopolítico da instituição, refletindo os interesses reais e coletivos da maioria da população. Esse caráter político está relacionado ao compromisso de formar cidadãos para uma determinada sociedade, envolvendo a promoção de valores democráticos, participativos, responsáveis, críticos e criativos. A dimensão pedagógica desse projeto é fundamental para efetivar a intencionalidade da escola na formação desses cidadãos.

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, no artigo 13, inciso II, destaca-se a importância do planejamento das atividades escolares, incumbência essencial do professor, que deve estar alinhado com o Projeto Político Pedagógico da escola. Esse planejamento visa equilibrar meios e fns, melhorando o funcionamento da instituição. Vale ressaltar que o planejamento não é uma atividade pontual, mas um processo contínuo, sujeito a avaliações e ajustes conforme as necessidades dos alunos, conforme previsto no artigo 24, inciso IV da LDB, que destaca a avaliação contínua e cumulativa do desempenho dos alunos.
Na sociedade atual, é essencial compreender que o planejamento não deve ser visto apenas como uma ferramenta para facilitar o trabalho em sala de aula ou como uma obrigação burocrática. Ele deve ser cuidadosamente planejado e vivenciado no dia a dia escolar como um processo de reflexão contínuo, buscando sempre melhorar as práticas educacionais em benefício dos alunos que enfrentam dificuldades de aprendizagem, além de combater a evasão e a reprovação, desafos comuns, especialmente no 6º ano do Ensino Fundamental.

DESAFIOS, MUDANÇAS E ESTÍMULOS NO PERÍODO DE ALFABETIZAÇÃO
A sociedade contemporânea está passando por mudanças rápidas e complexas devido ao grande volume de informações diversas. As crianças estão constantemente expostas a uma variedade de estímulos por meio de diferentes tipos de informações, percebendo um mundo interativo e significativo. Não se pode ignorar os diversos recursos midiáticos e tecnológicos, que servem como veículos de informação, comunicação e aprendizagem.
Especialistas ressaltam a importância de elogiar a criança por qualquer bom desempenho, mesmo que pareça insignifcante. Ao mesmo tempo, a disciplina e o método não devem ser deixados de lado. As crianças necessitam de uma estrutura sólida, especialmente aquelas com dificuldades de aprendizagem.
Crianças com problemas de aprendizagem apresentam padrões pouco usuais na percepção do ambiente externo, resultando em falhas na escola ou em seu convívio social.
A alfabetização pode ser vista como um processo de descoberta contínuo, no qual o indivíduo começa a reconhecer as diferenças, interagir com o mundo, interpretar o signifcado das palavras e adentrar no universo da leitura e da escrita, tornando o processo de ensino-aprendizagem signifcativo.
Na alfabetização, a criança também deve atuar como sujeito no processo de aquisição da língua escrita. Ela se torna ativa na aprendizagem da leitura e da escrita por meio da interação com o ambiente, com os outros e consigo mesma.
Conforme afrmado por Emília Ferreiro (1991, p.42):

Os dois pólos do processo de aprendi-

zagem (quem ensina e quem aprende) têm sido caracterizados sem que se leve em conta o terceiro elemento da relação: a natureza do objeto de conhecimento envolvendo esta aprendizagem.

Portanto, a aprendizagem é troca, interação, participação; é o resultado de um confronto entre diferentes hipóteses ou pontos de vista. Dessa forma, a presença do outro é fundamental para a aquisição da aprendizagem signi f cativa.
Emília Ferreiro (1991, p.53), destaca quatro elementos no processo de aprendizagem:

1 – Comunicador ou emissor, representado pelo professor ou pelas máquinas de ensinar, como transmissores de informações ou agentes do conhecimento. O comunicador tem uma participação ativa no processo educativo, devendo estar motivado e ter pleno conhecimento da mensagem que irá transmitir aos seus alunos. 2 – Mensagem, que é conteúdo educativo, ou seja, os conhecimentos e as informações transmitidas aos alunos. A mensagem deve ser adequada à idade mental do educando. Deve ser clara e precisa para ser bem entendida.
– Receptor da mensagem, que é o aluno. O receptor não tem um papel passivo; deve ser um recebedor crítico dos conhecimentos e informações que lhe são transmitidos.
– Meio ambiente, que é o meio escolar, familiar e social, onde se efetiva o processo de ensino-aprendizagem e, portanto, propício ao bom desenvolvimento do processo educativo.

Dessa forma, é fundamental a presença desses quatro elementos no processo de ensino-aprendizagem. Na falha de algum desses elementos, haverá um obstáculo à comunicação, podendo causar problemas no processo de ensino aprendizagem.
De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa (1997, p.68):

É necessário, portanto, ensinar o aluno a lidar tanto com a escrita da linguagem – os aspectos notacionais relacionados ao sistema alfabético e às restrições ortográ f cas – como com a linguagem escrita - os aspectos discursivos relacionados à linguagem que se usa para escrever. Para tanto é preciso que, tão logo o aluno chegue à escola, seja solicitado a produzir seus próprios textos, mesmo que não saiba grafá-los, a escrever como lhe for possível, mesmo que não o faça convencionalmente.

Nota-se que o desa f o do professor de séries iniciais é compreender o processo ensino aprendizagem, procurando atuar de forma dinâmica e diversi f cada, realizando atividades que possam desenvolver habilidades verbais, como a leitura, a escrita, a fala e a escuta.
De acordo com Carrera (2009, p.7):
Uma criança sadia, ao ingressar na escola, já sabe falar, compreende explicações, reconhece objetos e formas desenhadas e é capaz de obedecer a ordens complexas. Não há razão para que ela não aprenda também a ler.

Muitas crianças superam as di f culdades durante o processo de ensino aprendizagem, mas outras não conseguem e por meio de observações mais detalhadas, as quais muitas vezes precisam ter o acompanhamento de um especialista, é possível fazer um diagnóstico mais preciso. Algumas di f culdades podem surgir por motivos variados, como problemas na proposta pedagógica, capacitação do professor, problemas familiares ou dé f cits cognitivos, entre outros.
De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais (1997, p.66):

Para aprender a escrever, é necessário ter acesso à diversidade de textos escritos, testemunhar a utilização que se faz da escrita em diferentes circunstâncias, defrontar-se com as reais questões que a escrita coloca a quem se propõe produzi-la, arriscar-se a fazer como consegue e receber ajuda de quem já sabe escrever. Sendo assim, o tratamento que se dá à escrita na escola não pode inibir os alunos ou afastá-los do que se pretende; ao contrário, é preciso aproximá-los, principalmente quando são iniciados “o f cialmente” no mundo da escrita por meio da alfabetização. A f nal, esse é o início de um caminho que deverão trilhar para se transformarem em cidadãos da cultura escrita.

Portanto, ao se ter fácil acesso aos mais

variados gêneros textuais e informações diversas, sendo estimulado em seu cotidiano, mais fácil será o processo de alfabetização do indivíduo.
De acordo com Fonseca (1995, p.243): "Devemos combater a infação das dificuldades de aprendizagem e para tanto é fundamental analisar o problema de fundo".
Faz-se necessário que os educadores tenham um olhar mais atento sobre as dificuldades que seus educandos apresentam, pois podem ter os mais diversos diagnósticos, desde um problema familiar até um problema neurológico.
De acordo com Sana (2005, p.12): Quanto mais tarde for diagnosticado o problema, mais danos causará ao emocional, pois a auto estima da criança que não está conseguindo aprender vai diminuindo, podendo tornar-se agressiva, introspectiva ou ainda apresentar outros sintomas que nada mais são do que um pedido de socorro, um alerta para que alguém tome alguma providência e descubra o que está acontecendo com ela. Por isso, pais e professores, principalmente das séries iniciais, devem ter o máximo de atenção a crianças que demonstram algum tipo de dificuldade ou comportamento inadequado, para que as devidas medidas sejam tomadas em tempo de não causarem problemas comportamentais e emocionais mais sérios.

No entanto, é fundamental que se determine precocemente a causa da dificuldade de aprendizagem. Ao se realizar um diagnóstico precoce da dificuldade de aprendizagem pode-se superá-la, alcançando êxito no processo ensino aprendizagem.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na história o domínio da cultura não se faz repentinamente e a escola, afnal, é responsável por grande parte da aprendizagem do ser humano, ou seja, através da aprendizagem o sujeito é inserido de forma mais organizada no mundo cultural e simbólico que o incorpora à sociedade.
Para que ocorra a construção dos conhecimentos, é necessária uma organização escolar adequada, cumpridora de suas funções educativas e socializadoras, além da preparação do jovem para a complexidade da vida moderna e sua inserção no mundo do trabalho.
A transição entre os ciclos não ocorre da mesma maneira para todos os alunos, podendo para alguns, afetar negativamente, manifestando-se por meio de vários comportamentos, como, por exemplo, a falta de assiduidade e problemas de conduta e difculdades na alfabetização.

## REFERÊNCIAS


ANDRADE, Marisa. Investigação sobre a transição dos alunos do Ensino Fundamental I para o ensino Fundamental II. Londrina, 2011. Disponível em: http://www.uel.br/ceca/pedagogia/pages/arquivos/MARIZA%20ANDRADE.pdf - Acesso em 1 out. 2024.

BARBOSA, Aparecida Reis (20008) A Relação Estado/Município na passagem da 4ª para a 5ª série em Curitiba. Dissertação de Mestrado. UFPR – Educação. Curitiba/PR

BRASIL. LDB 9394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. MEC. Brasília.

DIAS-DA-SILVA, M.H.G.F. Passagem sem rito: As 5ª Séries e seus professores. Campinas: Papirus, Série Pedagógica, 1997.

FREIRE, Paulo; SHOR, Ira. Medo e ousadia: cotidiano do professor. 13. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

HAUSER, S.D.R. A transição da 4ª para a 5ª série do Ensino Fundamental: uma revisão bibliográfca (1987-2004). Dissertação de Mestrado em Psicologia da Educação no Stricto Sensu da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. PUC – SP, 2007.

LIBÂNEO, José Carlos. Organização e gestão da escola. Teoria e Prática. 5ª ed. Goiânia, Editora Alternativa, 2004.

MORIN, Edgar: Os sete saberes necessários à educação do futuro, 3.ª ed., São Paulo, Cortez. 2001.

PADILHA, P.R. Planejamento dialógico: Como construir o projeto político pedagógico da escola. São Paulo: Cortez, Insti-

tuto Paulo Freire, 2001. PAROLIN, Isabel. Professores formadores: a relação entre a família, a escola e a aprendizagem. 1ª ed. Curitiba: Positivo, 2005.

RANGEL, Z.A. O processo de transição da unidocência para a pluridocência em classes de quarta para a quinta série do ensino fundamental: olhando a realidade e apontando caminhos. Dissertação de mestrado, Pontifícia Universidade do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2001.

VEIGA, Ilma Passos A. (org) Projeto Político-Pedagógico da Escola: Uma construção possível. Campinas: SP. Papirus, 2004.